

FRIEDRICH NIETZSCHE

AURORA

Reflexões sobre os preconceitos morais

Tradução, notas e posfácio
Paulo César de Souza



Copyright da tradução, notas e posfácio
© 2004 by Paulo César Lima de Souza

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Morgenröte.

Gedanken über die moralischen Vorurteile (1881, 1887)

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Rafael Mantovani

Revisão

Renato Potenza Rodrigues

Larissa Lino Barbosa

Atualização ortográfica

Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nietzsche, Friedrich Wilhelm, 1844-1900.

Aurora : reflexões sobre os preconceitos morais / Friedrich Wilhelm Nietzsche ; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia de Bolso, 2016.

Título original: Morgenröte : Gedanken über die moralischen Vorurteile (1881, 1887).

ISBN 978-85-359-2818-1

1. Ética 2. Filosofia alemã 3. Preconceitos 1. Souza, Paulo César de. II Título.

16-07734

CDD-193

Índice para catálogo sistemático:

1. Nietzsche : Filosofia alemã 193

2016

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORIA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Prólogo 9

Livro I 15

Livro II 68

Livro III 109

Livro IV 147

Livro V 197

Notas 253

Apêndice: Idílios de Messina 263

Posfácio 281

Títulos dos aforismos 285

Índice remissivo 299

Sobre o autor e o tradutor 305

PRÓLOGO

1. Neste livro se acha um “ser subterrâneo” a trabalhar, um ser que perfura, que escava, que solapa. Ele é visto — pressupondo que se tenha vista para esse trabalho na profundezas — lentamente avançando, cauteloso, suavemente implacável, sem muito revelar da aflição causada pela demorada privação de luz e ar; até se poderia dizer que está contente com o seu obscuro trabalho. Não parece que alguma fé o guia, algum consolo o compensa? Que talvez queira a sua própria demorada treva, seu elemento incompreensível, oculto, enigmático, porque sabe o que também terá: sua própria manhã, sua redenção, sua *auro-ra*?... Certamente ele retornará: não lhe perguntam o que busca lá embaixo, ele mesmo logo lhes dirá, esse aparente Trofônio¹ e ser subterrâneo, quando novamente tiver se “tornado homem”. Um indivíduo desaprende totalmente o silenciar, quando, como ele, foi por tão longo tempo toupeira, solitário — —

2. Na realidade, meus pacientes amigos, já lhes direi o que buscava eu lá embaixo, aqui neste prólogo tardio, que bem poderia ter sido um último adeus, uma oração fúnebre: pois eu retorno e — escapei. Não creiam que eu venha exortá-los às mesmas audácia! Ou à mesma solidão! Pois quem perfaz esses caminhos próprios não encontra ninguém: é o que sucede nos “caminhos próprios”. Ninguém aparece para ajudá-lo; tem de lidar sozinho com tudo o que se lhe depara de perigo, de acaso, de maldade e mau tempo. Pois ele tem o seu caminho *para si* — e, como é justo, seu amargor, seu ocasional dissabor com esse “para si”: o qual inclui, por exemplo, saber que nem seus amigos podem imaginar onde ele está e para onde vai, que às vezes perguntarão a si mesmos: “o quê? ele prossegue? ainda tem — um caminho?”. — Naquele tempo empreendi algo que pode não

ser para qualquer um: desci à profundeza, penetrei no alicerce, comecei a investigar e escavar uma velha *confiança*, sobre a qual nós, filósofos, há alguns milênios construímos, como se fora o mais seguro fundamento — e sempre de novo, embora todo edifício desmoronasse até hoje: eu me pus a solapar nossa *confiança na moral*. Estão me compreendendo?

3. Até agora, foi sobre o bem e o mal que se refletiu da pior maneira: sempre foi um tema demasiado perigoso. A consciência, a boa reputação, o inferno, às vezes até a polícia não permitem e não permitem a imparcialidade; na presença da moral, como diante de toda autoridade, não se *deve* pensar, menos ainda falar: aí — se *obedece!* Desde que o mundo é mundo, autoridade nenhuma se dispôs a ser alvo de crítica; e criticar a moral, tomá-la como problema, como problemática: o quê? isso não era — não é — imoral? — Mas a moral não dispõe somente de toda espécie de meios de apavoramento para conservar longe de si as mãos críticas e os instrumentos de tortura: sua segurança repousa mais ainda em certa arte do encanto, na qual é entendida — ela sabe “entusiasmar”. Frequentemente consegue paralisar a vontade crítica com um único olhar e até atraí-la para o seu lado, havendo ocasiões em que sabe fazê-la voltar-se contra si mesma: de modo que, tal como o escorpião, ela crava o ferrão no próprio corpo. Há muito tempo a moral conhece todas as artes diabólicas da persuasão: não existe orador, hoje ainda, que não recorra à sua ajuda (ouça-se, por exemplo, os nossos anarquistas: como falam moralmente, a fim de convencer! Chegam a denominar-se “os justos e bons”). Desde sempre, desde que se usa palavra e persuasão nesta terra, a moral revelou-se a grande mestra da sedução — e no tocante a nós, filósofos, a autêntica *Circe² dos filósofos*. A que se deve que, a partir de Platão, todos os arquitetos filosóficos da Europa tenham construído em vão? Que tudo o que eles próprios tinham séria e honestamente por *aere perennius* [mais duradouro que o bronze] ameace desabar ou já se encontre em ruínas? Ah, como é falsa a resposta que ainda hoje se tem para essa pergunta, “porque

todos eles negligenciaram o pressuposto, um exame do fundamento, uma crítica da razão inteira” — a fatídica resposta de Kant, que verdadeiramente não nos atraiu, a nós, filósofos modernos, para um terreno mais sólido e menos traiçoeiro! (— e, perguntando agora, não era algo estranho exigir que um instrumento criticasse a sua própria adequação e competência? Que o próprio intelecto “conhecesse” seu valor, sua força, seus limites? Não era isso até mesmo um pouco absurdo? —). A resposta correta seria, isto sim, que todos os filósofos construíram sob a sedução da moral, inclusive Kant — que aparentemente seu propósito dirigia-se à certeza, à “verdade”, mas, na realidade, a “*majestosos edifícios morais*”: para nos servirmos uma vez mais da inocente linguagem de Kant, que caracteriza sua tarefa “de pouco brilho, mas não sem algum mérito”, como sendo a de “aplanar e preparar o solo para esses majestosos edifícios morais” (*Crítica da razão pura*, II, p. 257).³ Oh, ele não conseguiu fazer isso, pelo contrário! — é o que hoje devemos dizer. Com essa entusiasmada intenção, Kant foi um verdadeiro filho do seu século, que pode ser chamado, mais do que qualquer outro, o século do Entusiasmo: tal como, felizmente, ele também o foi no tocante aos aspectos mais valiosos dele (por exemplo, na boa parcela de sensualismo que levou para sua teoria do conhecimento). Também a ele mordeu a tarântula moral que foi Rousseau, também sua alma abrigava a ideia do fanatismo moral, de que um outro discípulo de Rousseau sentia-se e confessava-se executor, ou seja, Robespierre, “*de fonder sur la terre l'empire de la sagesse, de la justice et de la vertu*” [de fundar na terra o império da sabedoria, da justiça e da virtude] (discurso de 7 de junho de 1794). Por outro lado, com tal fanatismo francês no coração não era possível agir de modo menos francês, mais profundo, mais radical, mais alemão — se o termo “alemão” ainda pode ter esse sentido atualmente — do que fez Kant: a fim de criar espaço para seu “reino moral”, ele viu-se obrigado a estabelecer um mundo indemonstrável, um “Além” lógico — para isso necessitava de sua crítica da razão pura! Em outras palavras: *não teria necessitado dela*, se para ele uma coisa

não fosse mais importante que tudo, tornar o “mundo moral” inatacável ou, melhor ainda, inapreensível pela razão — ele percebia muito bem como uma ordem moral do mundo é vulnerável à razão! Pois ante a natureza e a história, ante a radical *imoralidade* da natureza e da história, Kant era pessimista, como todo bom alemão desde sempre; ele acreditava na moral não por ela ser demonstrada pela natureza e a história, mas apesar de ser continuamente contrariada por elas. Talvez possamos, a fim de compreender esse “apesar de”, lembrar de algo semelhante em Lutero, esse outro grande pessimista, que, com toda a sua luterana audácia, indagou certa vez aos amigos: “se pudéssemos apreender pela razão como pode ser justo e misericordioso o Deus que mostra tanta ira e maldade, para que necessitaríamos da fé?”. Até hoje nada causou mais funda impressão na alma alemã, nada a “tentou” mais do que essa perigosíssima conclusão, que para todo verdadeiro romano é um pecado contra o espírito: *credo quia absurdum est* [creio porque é absurdo] — com ela, a lógica alemã surge pela primeira vez na história do dogma cristão; mas ainda hoje, um milênio depois, nós, alemães atuais, alemães tardios em todo sentido, aventamos um quê de verdade, de *possibilidade* de verdade, por trás do famoso princípio dialético-real com que Hegel, em seu tempo, ajudou o espírito alemão a conquistar a Europa — “a contradição move o mundo, todas as coisas contradizem a si mesmas” —: somos precisamente, até dentro da lógica, pessimistas.

4. Mas os juízos de valor *lógicos* não são os mais profundos e mais fundamentais a que pode descer a ousadia de nossa suspeita: a confiança na razão, com que se sustenta ou cai a validez desses juízos, é, sendo confiança, um fenômeno *moral*... Talvez o pessimismo alemão tenha ainda um último passo a dar? Talvez deva ainda justapor, de maneira terrível, seu *credo* e seu *absurdum*? E se este livro é pessimista até dentro da moral, até além da confiança na moral, — não seria justamente por isso um livro alemão? Pois representa, de fato, uma contradição, e não tem receio dela: nele é retirada a confiança na moral — e por

quê? *Por moralidade!* Ou como deveríamos chamar o que nele — *em nós* — sucede? Pois, conforme nosso gosto, preferiríamos palavras mais modestas. Mas não há dúvida, também a nós se dirige um “tu deves”, também nós obedecemos ainda a uma severa lei acima de nós — e esta é a última moral que ainda se nos faz ouvir, que também nós ainda sabemos *viver*; nisto, se em alguma coisa, ainda somos *criaturas da consciência*: no fato de que não desejamos voltar ao que consideramos superado e caduco, a algo “indigno de fé”, chame-se ele Deus, virtude, verdade, justiça, amor ao próximo; de que não nos permitimos fazer pontes de mentiras em direção a velhos ideais; de que somos fundamentalmente hostis a tudo o que em nós gostaria de mediar e mesclar; hostis a toda espécie atual de fé e cristianismo; hostis ao mais ou menos de todo romantismo e patriotismo; também hostis ao deleite e falta de consciência dos artistas, que quer nos persuadir a adorar aquilo em que já não cremos — pois nós somos artistas —; hostis, em suma, a todo o *feminismo* (ou idealismo, se preferem) europeu, que eternamente “atrai para cima” e, com isso, eternamente “arrasta para baixo”: — apenas como criaturas *dessa* consciência sentimo-nos parentes da retidão e piedade alemãs de milênios, embora como seus rebentos mais discutíveis e derradeiros, nós, imoralistas, nós, ateus de hoje, e até mesmo, em determinado sentido, como seus herdeiros, como executores de sua mais íntima vontade, de uma vontade pessimista, como dissemos, que não teme negar a si mesma, porque nega com *prazer*! Em nós se realiza, supondo que desejem uma fórmula — *a autossupressão da moral*.⁴ — —

5. — E finalmente: por que deveríamos dizer tão alto e com tal fervor aquilo que somos, que queremos ou não queremos? Vamos observá-lo de modo mais frio, mais distante, com mais prudência, de uma maior altura; vamos dizê-lo, como pode ser dito entre nós, tão discretamente que o mundo não o ouça, que o mundo não *nos* ouça! Sobretudo, digamo-lo *lentamente*... Este prólogo chega tarde, mas não tarde demais; que importam, no fundo, cinco ou seis anos? Um tal livro, um tal problema não

tem pressa; além do que, ambos somos amigos do *lento*, tanto eu como meu livro. Não fui filólogo em vão, talvez o seja ainda, isto é, um professor da lenta leitura: — afinal, também escrevemos lentamente. Agora não faz parte apenas de meus hábitos, é também de meu gosto — um gosto maldoso, talvez? — nada mais escrever que não leve ao desespero todo tipo de gente que “tem pressa”. Pois filologia é a arte venerável que exige de seus cultores uma coisa acima de tudo: pôr-se de lado, dar-se tempo, ficar silencioso, ficar lento — como uma ourivesaria e saber da *palavra*, que tem trabalho sutil e cuidadoso a realizar, e nada consegue se não for *lento*. Justamente por isso ela é hoje mais necessária do que nunca, justamente por isso ela nos atrai e encanta mais, em meio a uma época de “trabalho”, isto é, de pressa, de indecorosa e suada sofreguidão, que tudo quer logo “terminar”, também todo livro antigo ou novo: — ela própria não termina facilmente com algo, ela ensina a ler *bem*, ou seja, lenta e profundamente, olhando para trás e para diante, com segundas intenções, com as portas abertas, com dedos e olhos delicados... Meus pacientes amigos, este livro deseja apenas leitores e filólogos perfeitos: *aprendam* a ler-me bem! —

Ruta, próximo a Gênova, outono de 1886.

LIVRO I

1. *Racionalidade a posteriori.* — Todas as coisas que vivem muito tempo embebem-se gradativamente de razão, a tal ponto que sua origem na desrazão torna-se improvável. Quase toda história exata de uma gênese não soa paradoxal e ultrajante para o nosso sentimento? O bom historiador não *contradiz* continuamente, no fundo?

2. *Preconceito dos eruditos.* — É um juízo correto, por parte dos eruditos, que em todos os tempos os homens acreditaram *saber* o que é bom e mau, louvável e censurável. Mas é um preconceito dos eruditos achar que *agora sabemos mais* do que em qualquer tempo.

3. *Tudo tem seu tempo.* — Quando o homem deu a todas as coisas um gênero, não acreditou estar brincando, mas haver obtido uma profunda compreensão: — apenas muito tarde, e talvez ainda não completamente, ele deu-se conta da enormidade desse erro. — De igual modo, o homem conferiu a tudo o que existe uma relação com a moral e revestiu o mundo de um *significado ético*. Um dia, isso terá tanto valor quanto hoje tem a crença na masculinidade ou feminilidade do Sol.

4. *Contra a pretensa desarmonia das esferas.* — Devemos tirar do mundo novamente a muita grandeza *falsa*, pois ela é contrária à justiça que todas as coisas podem esperar de nós! E para isto é necessário não querer ver o mundo como mais desarmonioso do que ele é!

5. *Sejam agradecidos!* — A grande conquista da humanidade, até agora, é não precisarmos mais temer continuamente

os animais selvagens, os bárbaros, os deuses e os nossos sonhos.

6. *O prestidigitador e seu oposto.* — O que é espantoso na ciência é o contrário do que é espantoso na arte do prestidigitador. Pois este quer que vejamos uma causalidade bem simples onde atua, na realidade, uma causalidade bem complexa. Enquanto a ciência nos faz abandonar causalidades simples onde tudo parece facilmente compreensível e nós somos os bufões da aparência. As coisas “mais simples” são *muito complicadas* — não podemos nos maravilhar o bastante com isso!

7. *Reaprendendo o sentimento do espaço.* — Foram as coisas reais ou as coisas imaginadas que mais contribuíram para a felicidade humana? É certo que a *amplidão do espaço* entre a suprema felicidade e a mais profunda infelicidade foi criada apenas com o auxílio das coisas imaginadas. Esse tipo de sentimento do espaço, então, é reduzido cada vez mais pela ação da ciência: de modo que dela aprendemos a perceber a Terra como pequena, e o próprio sistema solar como simples ponto.

8. *Transfiguração.* — Os que sofrem desorientados, os que sonham confusos, os que se encantam com o sobrenatural — estas são as *três classes* em que Rafael divide a humanidade. Já não é assim que enxergamos o mundo — e também Rafael já não *poderia* vê-lo assim hoje: ele contemplaria uma nova transfiguração.

9. *Conceito da moralidade do costume.*⁵ — Em relação ao modo de vida de milênios inteiros da humanidade, nós, homens de hoje, vivemos numa época muito pouco moral: o poder do costume está espantosamente enfraquecido, e o sentimento da moralidade, tão refinado e posto nas alturas, que podemos dizer que se volatilizou. Por isso vêm a ser difíceis para nós, que nascemos tardiamente, as percepções fundamentais sobre a gênese da moral; se apesar disso as alcançamos, elas nos ficam presas à

garganta e não querem sair: porque soam grosseiras! Ou porque parecem caluniar a moralidade! Assim, por exemplo, este *axioma*: a moralidade não é outra coisa (e, portanto, *não mais!*) do que obediência a costumes, não importa quais sejam; mas costumes são a maneira *tradicional* de agir e avaliar. Em coisas nas quais nenhuma tradição manda não existe moralidade; e quanto menos a vida é determinada pela tradição, tanto menor é o círculo da moralidade. O homem livre é não moral,⁶ porque em tudo quer depender de si, não de uma tradição: em todos os estados originais da humanidade, “mau” significa o mesmo que “individual”, “livre”, “arbitrário”, “inusitado”, “inauditado”, “imprevisível”. Sempre conforme o padrão desses estados originais: se uma ação é realizada *não* porque a tradição ordena, mas por outros motivos (a utilidade individual, por exemplo), mesmo por aqueles que então fundaram a tradição, ela é considerada imoral e assim tida mesmo por seu ator: pois não foi realizada em obediência à tradição. O que é a tradição? Uma autoridade superior, a que se obedece não porque ordena o que nos é útil, mas porque *ordena*. — O que distingue esse sentimento ante a tradição do sentimento do medo? Ele é o medo ante um intelecto superior que manda, ante um incompreensível poder indeterminado, ante algo mais do que pessoal — há *superstição* nesse medo. — Originalmente fazia parte do domínio da moralidade toda a educação e os cuidados da saúde, o casamento, as artes da cura, a guerra, a agricultura, a fala e o silêncio, o relacionamento de uns com os outros e com os deuses: ela exigia que alguém observasse os preceitos *sem pensar em si* como indivíduo. Originalmente, portanto, tudo era costume, e quem quisesse erguer-se acima dele tinha que se tornar legislador e curandeiro, e uma espécie de semideus: isto é, tinha de *criar costumes* — algo terrível, mortalmente perigoso! Quem é o mais moral? *Primeiro*, aquele que observa mais frequentemente a lei: que, tal como o brâmane, a toda parte e em cada instante carrega a consciência da lei, de modo que é sempre inventivo em oportunidades de observá-la. *Depois*, aquele que a observa também nos casos mais difíceis. O mais moral é aquele que mais *sacrifica* ao costume:

mas quais são os maiores sacrifícios? De acordo com a resposta a essa pergunta, várias morais diferentes se desenvolvem; a mais importante diferença, no entanto, continua a ser aquela entre a moralidade da *mais frequente obediência* e a da *mais difícil obediência*. Não nos enganemos quanto ao motivo da moral que requer, como indício da moralidade, a mais difícil obediência do costume! A autossuperação é exigida *não* por suas consequências úteis para o indivíduo, mas a fim de que o costume, a tradição apareça vigorando, não obstante toda vantagem e desejo individual: o indivíduo deve sacrificar-se — assim reza a moralidade do costume. — Já os moralistas que, como os seguidores das pegas das de Sócrates, encarecem no indivíduo a moral do autodomínio e da abstinência como a *vantagem* mais sua, como a sua chave pessoal para a felicidade, *constituem a exceção* — e, se nos parece diferente, é porque fomos educados sob sua influência: todos eles andam por um novo caminho, sob a total desaprovação dos representantes da moralidade do costume — afastam-se da comunidade, como imorais, e são maus na mais profunda acepção. Para um virtuoso romano da velha cepa, todo *cristão*, que “antes de tudo cuidava de *sua própria salvação*”, — parecia mau. — Em toda parte onde existe uma comunidade e, portanto, uma moralidade do costume, vigora também o pensamento de que o castigo para a ofensa ao costume cabe sobretudo à comunidade: esse castigo sobrenatural, cuja manifestação e cujo limite são tão difíceis de apreender e são investigados com tão supersticioso medo. A comunidade pode instar o indivíduo a reparar o dano imediato que sua ação acarretou, em relação a outro indivíduo e à comunidade; pode igualmente cobrar uma espécie de vingança pelo fato de, graças ao indivíduo, como suposta consequência de seu ato, as nuvens e trovoadas da ira divina terem se abatido sobre a comunidade — mas ela sente a culpa do indivíduo sobretudo como *sua culpa*, e toma o castigo dele como *seu castigo* —: “os costumes relaxaram”, lamenta-se cada um no interior de sua alma, “se atos assim são agora possíveis”. Cada ação individual, cada modo de pensar individual provoca horror; é impossível calcular o que justamente os espí-

ritos mais raros, mais seletos, mais originais da história devem ter sofrido pelo fato de serem percebidos como maus e perigosos, por *perceberem a si próprios assim*. Sob o domínio da moralidade do costume, toda espécie de originalidade adquiriu má consciência; até o momento de hoje, o horizonte dos melhores tornou-se ainda mais sombrio do que deveria ser.

10. Relação inversa entre sentido da moralidade e sentido da causalidade. — À medida que aumenta o sentido da causalidade, diminui o âmbito da moralidade: pois toda vez que compreendemos os efeitos necessários e aprendemos a concebê-los separados de todo acaso, de todo eventual suceder (*post hoc*),⁷ destruímos um sem-número de *causalidades fantásticas*, em que até então se acreditava como fundamentos dos costumes — o mundo real é muito menor do que o fantástico — e toda vez desapareceu do mundo um tanto de medo e coação, e a cada vez também um tanto de respeito pela autoridade do costume: a moralidade, no conjunto, saiu perdendo algo. Quem quer incrementá-la, deve saber evitar que os resultados tornem-se *controláveis*.

11. Moral popular e medicina popular. — Cada pessoa colabora ininterruptamente na moral que vigora numa comunidade: a maioria delas traz exemplo após exemplo da falada *relação de causa e efeito*, culpa e castigo, confirmando-a como bem fundamentada e aumentando-lhe a crença: algumas fazem novas observações sobre atos e consequências e delas tiram conclusões e leis: umas poucas fazem objeção aqui e ali e deixam enfraquecer a crença em tais pontos. — Mas todas se igualam na forma inteiramente crua, *não científica*, de sua atividade; quer sejam exemplos, observações ou objeções, quer seja a prova, a corroboração, o enunciado, a refutação de uma lei — é material sem valor e forma sem valor, como o material e a forma de toda medicina popular. Medicina popular e moral popular são da mesma espécie, e não deveriam ser avaliadas de modo tão diferente, como ainda hoje sucede: as duas são *as mais perigosas pseudociências*.